

**LEI Nº 2.959, DE 03 DE OUTUBRO DE 2008.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DOS  
SUBSÍDIOS DOS VEREADORES E DO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ALEGRE, PARA A LEGISLATURA DE  
2009/2012 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu Prefeito Municipal de Alegre sanciono a seguinte LEI:~~

~~**Art. 1º**— O subsídio mensal dos Vereadores para a legislatura de 2009 a 2012 será de R\$ 3.700.00 (três mil e setecentos reais).~~

~~**Art. 2º**— Ao ocupante do cargo de Presidente da Câmara Municipal, em razão de suas atribuições, fica concedida uma verba indenizatória mensal no valor de R\$ 500.00 (quinhentos reais).~~

~~**Art. 3º**— A ausência do Vereador às sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, especiais ou secretas, implicará no desconto de um trinta avos do seu subsídio.~~

~~**Parágrafo único.** Considerar-se á também ausente da reunião, o vereador que comparecer e não participar das votações, salvo motivo devidamente justificado, com base no Regimento Interno da Câmara Municipal.~~

~~**Art. 4º**— No caso de licenciamento por motivo de doença, devidamente comprovado por atestado médico, o Vereador perceberá seus subsídios integrais até o décimo quinto (15º) dia de afastamento.~~

~~**Parágrafo único.** Após o período previsto no caput deste artigo, permanecendo a causa do afastamento, será o mesmo encaminhado à perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social, para se habilitar ao recebimento do auxílio doença, previsto no Regime Geral de Previdência Social.~~

~~**Art. 5º**— Os subsídios pagos não poderão ultrapassar:~~

- ~~I— individualmente para vereador a remuneração do Prefeito Municipal;~~
- ~~II— anualmente, no seu somatório, cinco por cento da receita municipal.~~

~~**Art. 6º**— Para efeito desta Lei, entende-se como receita municipal o somatório de todos os ingressos financeiros nos cofres do Município, exceto:~~

- ~~I— a receita de contribuições de servidores destinadas à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdência e assistência social, mantidos pelo Município e destinados a seus servidores;~~
- ~~II— operação de crédito;~~

~~III — receita de alienação de bens móveis ou imóveis;~~  
~~IV — transferências oriundas da União ou do Estado através de convênio ou não para realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.~~

~~**Art. 7º** — Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos anualmente na mesma data e com o mesmo índice dos servidores públicos municipais.~~

~~**Art. 8º** — Os recursos necessários à execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento do Municipal.~~

~~**Art. 9º** — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 03 de outubro de 2008.~~

~~**DJALMA DA SILVA SANTOS**  
**Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.